



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

09/04/2014

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CONVÊNIOS.....	1
1.2. DECISÕES.....	2 - 3
1.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	4
2. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
2.1. CONVÊNIOS.....	5 - 6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	7 - 8
3.2. CONVÊNIOS.....	9 - 12
3.3. JUÍZES.....	13 - 14
3.4. TELEJUDICIÁRIO.....	15
3.5. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	16
4. JORNAL EXTRA	
4.1. DECISÕES.....	17
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CONVÊNIOS.....	18
5.2. DECISÕES.....	19
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. COMARCAS.....	20
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	21 - 22
7.2. DECISÕES.....	23 - 24
7.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	25
7.4. JUÍZES.....	26
7.5. PRESIDÊNCIA.....	27
7.6. PUBLICIDADE LEGAL.....	28
7.7. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	29
7.8. VARAS CRIMINAIS.....	30

 PROPOSTAS

Ricardo Murad discute parcerias com o MPMA e TJMA

O apoio do Ministério Público estadual e do Poder Judiciário do Maranhão e às ações do sistema de segurança pública estadual foram o assunto principal das visitas que o secretário de Estado de Segurança Pública, Ricardo Murad, fez, na segunda-feira (7), à procuradora Geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, e à presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire. Eles discutiram medidas que deverão ser adotadas de forma integrada pelas três instituições e que já devem entrar em vigor nos próximos meses, a fim de combater as práticas criminosas em todo o Maranhão.

As reuniões objetivaram, ainda, estreitar as relações com os dois órgãos. Acompanharam Ricardo Murad, o secretário adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos da SSP, Laércio Costa; a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende; e o subcomandante geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno.

Entre as várias propostas discutidas, ficou acertada a criação de um Comitê de Acompanhamento Permanente, que será composto pelas Polícias Civil e Militar, Ministério Público e outros órgãos; de uma Central de Inquéritos, no âmbito do Judiciário; e a interligação dos sistemas de informação entre as forças de Segurança e o Ministério Público.

"Nossa intenção é, a partir de agora, estreitar esse relacionamento com o Ministério Público e com o Tribunal de Justiça. Apresentamos alguns pleitos a presidente do TJ e ela afir-

mou que vai avaliar e elencar o que pode ser atendido. Solicitamos agilidade na implantação da Central de Inquéritos, medida esta que vai facilitar e melhorar bastante o trabalho das Polícias Militar e Civil. Além disso, fizemos o requerimento à presidente que o Judiciário direcione algumas Varas específicas para julgar o crime organizado", destacou.

Ricardo Murad foi enfático em defender a criação de um sistema integrado, que possibilite ao Poder Judiciário a disponibilização e análise da ficha criminal de cada detento, principalmente nos casos de julgamento de habeas corpus. Ele lembrou a importância do endurecimento da Legislação Penal, para que se tenha um combate mais efetivo ao crime. "Queremos que haja um rigor absoluto contra quem pratica crimes, sem nenhum abuso ou excesso, a fim de que possamos tirar estes indivíduos de circulação e que eles entendam que o crime não compensa. O que observamos hoje é uma grande reincidência dessas pessoas, após serem liberados do Sistema Penitenciário", completou.

INVESTIMENTOS NAS POLÍCIAS - Em contrapartida, o secretário de Segurança ressaltou que o Governo do Estado tem investido em modernos equipamentos. Ainda neste mês, serão entregues 500 novas viaturas, mais armas e coletes. Além disso, a SSP está destinando recursos para oferecer uma melhor estrutura aos profissionais do Sistema de Segurança. Há ainda para este ano, no planejamento do

setor de Obras e Reformas da SSP, 62 construções para serem executadas.

Ricardo Murad informou aos gestores do Ministério Público e do Tribunal de Justiça que desde sábado (5), os militares retornaram às atividades e estão realizando operações ostensivas de combate aos assaltos, tráfico de drogas e homicídios.

Murad afirmou que está acompanhando a finalização de um levantamento feito com um diagnóstico do quadro atual, após o ingresso dos novos policiais aprovados do Processo Seletivo. Ele pretende, segundo afirmou, atender às cidades que não possuem ainda a presença da polícia.

"Vamos manter um contato com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos para estudarmos o caso dos adolescentes que estão sendo utilizados pelas facções criminosas para cometer atos infracionais. Temos convicção de que com essa união e a integração dos vários órgãos e da participação de todos, daremos mais tranquilidade a população do Maranhão. Esse é o objetivo do Executivo, Judiciário e do Ministério Público", mensurou.

AVALIAÇÃO - A procuradora Regina Rocha avaliou a reunião como positiva. "Esses momentos são sempre importantes, uma vez que podemos tratar sobre várias problemáticas. Aproveitamos a ocasião para repassar os levantamentos feitos pelo Ministério Público em relação a Segurança Pública. O mais importante é sairmos daqui com a certeza de que vamos atuar conjuntamente na implementa-



Ricardo Mrad e integrantes do Sistema de Segurança em reunião com a procuradora Geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha ção de uma série de medidas emergenciais que resultarão na melhoria da questão de segurança", comentou.

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, lembrou da indicação de Ricardo Murad para a Secretaria de Segurança. "O Tribunal de Justiça vai apoiar, no que for preciso, na gestão de Ricardo Murad. O nome dele é crucial para o bom desempenho das funções das forças de Segurança do Estado, pelo espírito inovador e arrojado", pontuou.

Sobre a criação das Varas específicas para tratar da atuação das facções criminosas, a titular do TJ afirmou que vai encaminhar o Projeto de Lei para a Comissão de Organização Judiciária a fim de que a matéria seja analisada com celeridade.

Acompanharam as audiências o desembargador Antonio Bayma de Araújo; a diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais do MP, Fabiola Fernandes; José Cláudio Cabral, da Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial; Luis Gonzaga, diretor Geral da Procuradoria Geral de Justiça; José Augusto Cutrim, da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem); e a chefe de gabinete da Corregedoria do MP, Doracy Reis.

Justiça determina que Cemar refaça cálculo de multa cobrada em excesso

PÁGINAS 3

Justiça determina que Cemar refaça cálculo de multa cobrada em excesso

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou que a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) faça a revisão de multa aplicada contra uma igreja evangélica de São Luís.

A Igreja consumiu indevidamente duas horas e trinta minutos de energia e foi multada em R\$18.647,00, com data retroativa (24 meses da data da infração). O processo teve como relator o desembargador Cleones Cunha. A decisão colegiada manteve sentença de 1º Grau.

De acordo com os autos, a Igreja realizou concentração pública espiritual na área externa ao templo, e fez ligação de energia para iluminação e alimentação de serviços sonoros, por meio de ligação clandestina, durante evento ocorrido em agosto de 2007.

No dia seguinte, os dirigen-

tes foram surpreendidos por um funcionário da Cemar que constatou irregularidade na ligação, lavrando termo de ocorrência de irregularidade com fatura/multa de R\$18.647,00.

Ao se dirigir ao escritório da Companhia, o pastor responsável pelo templo foi informado que a fiscalização se baseou em levantamento aleatório desprovido de bases legal e técnica, apenas retroagindo o valor em 24 meses do dia da ocorrência.

Na ocasião, o consumidor recebeu orientação para efetuar o pagamento da fatura, sob pena de ter os serviços de fornecimento de energia suspensos.

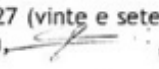
A decisão judicial não questionou a existência do "gato", mas o valor devido pela derivação de carga, considerando excessiva a cobrança, além de a Cemar não provar de modo convincente como chegou ao valor cobrado.

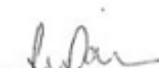


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara Cível

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA ROSÂNGELA SANTOS PRAZERES MACIEIRA, JUIZA DE DIREITO RESPONDENDO PELA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS - COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e conhecimento dele tiverem que, por este meio, cita, com o prazo de 20 (vinte) dias, a **JOÃO JOSÉ MARTINS CABRAL**, brasileiro, divorciado, técnico em contabilidade, inscrito no CPF/MF n.º 125.845.763-68, atualmente em lugar incerto e não sabido, **para comparecer** à sala das audiências deste Juízo, situada no 6º pavimento do Edifício do Fórum Des. Sarney Costa, Calhau, no dia 30 de abril do corrente ano, às 09h30, e, querendo, participar da audiência de conciliação designada nos autos da Ação de Cobrança (PROC. 29276/2008), com rito sumário, proposta por CEUMA - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, na qual, não havendo composição amigável, deverá, de imediato, apresentar a defesa que tiver, de forma escrita ou oral, sob pena de revelia; ficando, de logo, advertido de que deixando injustificadamente de comparecer à audiência, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (§ 2º, art. 277 e art. 319 do CPC), tudo de acordo com a petição inicial e despacho prolatados nos citados autos que se encontram nesta serventia para vista dos respectivos advogados. O presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, seu prazo que correrá da primeira publicação considerar-se-á transcorrido assim que decorrerem os 20 (vinte) dias fixados, ficando, assim, perfeita e acabada a citação. Dado e passado neste Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril do ano 2.014 (dois mil e catorze). Eu, , Secretário Judicial, digitei e subscrevi.


Rosângela Santos Prazeres Macieira

Juíza de Direito respondendo pela 1ª. Vara Cível (PORTARIA N º 786/2014)

Ricardo Murad discute parcerias com o MP e Tribunal de Justiça do Maranhão

Foto/ Nestor Bezerra



Eles discutiram medidas que deverão ser adotadas de forma integrada pelas três instituições e que já devem entrar em vigor nos próximos meses, a fim de combater as práticas criminosas em todo o Maranhão. - PAG. 05

Ricardo Murad discute parcerias com o Ministério Público e TJMA

O apoio do Ministério Público estadual e do Poder Judiciário do Maranhão e às ações do sistema de segurança pública estadual foram o assunto principal das visitas que o secretário de Estado de Segurança Pública, Ricardo Murad, fez à procuradora Geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, e à presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire. Eles discutiram medidas que deverão ser adotadas de forma integrada pelas três instituições e que já devem entrar em vigor nos próximos meses, a fim de combater as práticas criminosas em todo o Maranhão.

As reuniões objetivaram, ainda, estreitar as relações com os dois órgãos. Acompanhar Ricardo Murad, o secretário adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos da SSP, Laércio Costa; a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende; e o subcomandante geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno.

Entre as várias propostas discutidas, ficou acertada a criação de um Comitê de Acompanhamento Permanente, que será composto pelas Polícias Civil e Militar, Ministério Público e outros órgãos; de uma Central de Inquéritos, no âmbito do Judiciário; e a interligação dos sistemas de informação entre as forças de Segurança e o Ministério Público.

"Nossa intenção é, a partir de agora, estreitar esse relacionamento com o Ministério Público e com o Tribunal de Justiça. Apresentamos alguns pleitos a presidente do TJ e ela afirmou que vai avaliar e elencar o que pode ser atendido. Solicitamos agilidade na implantação da Central de Inquéritos, medida esta que vai facilitar e melhorar bastante o trabalho das Polícias Militar e

Civil. Além disso, fizemos o requerimento à presidente que o Judiciário direcione algumas Varas específicas para julgar o crime organizado", destacou.

Ricardo Murad foi enfático em defender a criação de um sistema integrado, que possibilite ao Poder Judiciário a disponibilização e a análise da ficha criminal de cada detento, principalmente nos casos de julgamento de habeas corpus. Ele lembrou a importância do endurecimento da Legislação Penal, para que se tenha um combate mais efetivo ao crime. "Queremos que haja um rigor absoluto contra quem pratica crimes, sem nenhum abuso ou excesso, a fim de que possamos tirar estes indivíduos de circulação e que eles entendam que o crime não compensa. O que observamos hoje é uma grande reincidência dessas pessoas, após serem liberados do Sistema Penitenciário", completou.

Investimentos nas polícias - Em contrapartida, o secretário de Segurança ressaltou que o Governo do Estado tem investido em modernos equipamentos. Ainda neste mês, serão entregues 500 novas viaturas, mais armas e coletes. Além disso, a SSP está destinando recursos para oferecer uma melhor estrutura aos profissionais do Sistema de Segurança. Há ainda para este ano, no planejamento do setor de Obras e Reformas da SSP, 62 construções para serem executadas.

Ricardo Murad informou aos gestores do Ministério Público e do Tribunal de Justiça que desde sábado (5), os militares retornaram às atividades e estão realizando operações ostensivas de combate aos assaltos, tráfico de drogas e homicídios.

Murad afirmou que está acompanhando a finalização de um levantamento feito com um diagnóstico do quadro atual, após o ingresso dos novos policiais aprovados do Processo Se-

Fotos/ Nestor Bezerra



Ricardo Murad e integrantes do Sistema de Segurança em reunião

letivo. Ele pretende, segundo afirmou, atender às cidades que não possuem ainda a presença da polícia.

"Vamos manter um contato com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos para estudarmos o caso dos adolescentes que estão sendo utilizados pelas facções criminosas para cometer atos infracionais. Temos convicção de que com essa união e a integração dos vários órgãos e da participação de todos, daremos mais tranquilidade a população do Maranhão. Esse é o objetivo do Executivo, Judiciário e do Ministério Público", mensurou.

Avaliação - A procuradora Regina Rocha avaliou a reunião como positiva. "Esses momentos são sempre importantes, uma vez que podemos tratar sobre várias problemáticas. Aproveitamos a ocasião para repassar os levantamentos feitos pelo Ministério Público em relação a Segurança Pública. O mais importante é sairmos daqui com a certeza de que vamos atuar conjuntamente na implementação de uma série de medidas emergenciais que resultarão na melhoria da questão de segurança", comentou.

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, lembrou da indicação de Ricardo Murad para a Secretaria de Segurança. "O Tribunal de Justiça vai apoiar, no que for preciso, na gestão de Ricardo Murad. O nome dele é crucial para o bom desempenho das funções das forças de Segurança do Estado, pelo espírito inovador e arrojado", pontuou.

Sobre a criação das Varas específicas para tratar da atuação das facções criminosas, a titular do TJ afirmou que vai encaminhar o Projeto de Lei para a Comissão de Organização Judiciária a fim de que a matéria seja analisada com celeridade.

Acompanharam as audiências o desembargador Antonio Bayma de Araújo; a diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais do MP, Fabíola Fernandes; José Cláudio Cabral, da Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial; Luis Gonzaga, diretor Geral da Procuradoria Geral de Justiça; José Augusto Cutrim, da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampep); e a chefe de gabinete da Corregedoria do MP, Doracy Reis.

O promotor de Justiça Joaquim Jr. é um dos entusiastas da audiência pública que será realizada no dia 23, em que discutirá estratégias de combate à violência urbana em Imperatriz.



A procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha é uma das convidadas especiais para o debate sobre o combate à violência, no próximo dia 23, no auditório da OAB/Subseção Imperatriz



Picadinhas

O Ministério Público realizará em Imperatriz, audiência pública com o objetivo de discutir estratégias de combate à violência urbana na cidade. O evento será realizado no próximo dia 23, às 19h, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A audiência contará com a presença do promotor de justiça, Joaquim Júnior; da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha; e de outros representantes do Judiciário do Estado.

Conciliação

ITAPECURU-MIRIM - Do dia 22 deste mês até o dia 9 de maio, um mutirão de conciliação promovido pela 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim realizará 270 audiências, presididas pela juíza Lúcia de Fátima Silva Quadros, titular da unidade. Uma servidora da secretaria judicial da comarca atuará como conciliadora nas ações do Juizado Especial. Em média, serão 70 audiências diárias, realizadas nos períodos da manhã e da tarde. Existem 50 processos cíveis. O restante trata de ações do Juizado, dos quais a maior parte tem como demandadas pessoas físicas.

Murad discute ações contra o crime com a Justiça e o MP
Secretário Ricardo Murad (Segurança) articula integrar Executivo e Judiciário no combate ao crime. **Polícia 6**

Murad discute com MP e TJ medidas contra a criminalidade no estado

Secretário de Segurança Pública defende a criação de um sistema integrado e o endurecimento da Legislação Penal para o combate mais efetivo ao crime no MA

O apoio do Ministério Público estadual e do Poder Judiciário do Maranhão às ações do sistema de segurança pública estadual foi o assunto principal das visitas que o secretário de Segurança Pública, Ricardo Murad, fez, na segunda-feira (7), à procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, e à presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire. Eles discutiram medidas que deverão ser adotadas de forma integrada pelas três instituições e que já devem entrar em vigor nos próximos meses, a fim de combater as práticas criminosas em todo o Maranhão.

As reuniões objetivaram ainda estreitar as relações com os dois órgãos. Entre as propostas



Divulgação

Presidente do TJ, Cleonice Freire, e o secretário Ricardo Murad discutem medidas contra o crime

discutidas, ficou acertada a criação de um Comitê de Acompanhamento Permanente, que será composto pelas polícias Civil e Militar, Ministério Público e outros órgãos; de uma Central de Inquéritos, no âmbito do Judiciário, e a interligação dos sistemas de informação entre as forças de Segurança e o Ministério Público.

"Nossa intenção é, a partir de agora, estreitar esse relacionamento com o Ministério Público e com o Tribunal de Justiça. Apresentamos alguns pleitos à presidente do TJ e ela afirmou que vai avaliar e elencar o que pode ser atendido. Solicitamos agilidade na implantação da Central de Inquéritos, medida esta que vai facilitar e melhorar bastante o trabalho das polícias Militar e Civil. Além disso, fizemos o requerimento à presidente para que o Judiciário direcione algumas Varas específicas para julgar o crime organizado", destacou.

Ricardo Murad foi enfático em defender a criação de um sistema integrado, que possibilite

Mais

Acompanharam as audiências o secretário adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos da SSP, Laércio Costa; a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende; o subcomandante geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno; o desembargador Antônio Bayma de Araújo; a diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais do MP, Fabíola Fernandes; José Cláudio Cabral, da Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial; Luis Gonzaga, diretor Geral da Procuradoria Geral de Justiça; José Augusto Cutrim, da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem); e a chefe de gabinete da Corregedoria do MP, Doracy Reis.

ao Poder Judiciário a disponibilização e a análise da ficha criminal de cada detento, principalmente nos casos de julgamento de habeas corpus. Ele lembrou a importância do endurecimen-

to da Legislação Penal, para que se tenha um combate mais efetivo ao crime. "Queremos que haja um rigor absoluto contra quem pratica crimes, sem nenhum abuso ou excesso, a fim de que possamos tirar estes indivíduos de circulação e que eles entendam que o crime não compensa. O que observamos hoje é uma grande reincidência dessas pessoas, após serem liberados do Sistema Penitenciário", completou.

Investimentos - Em contrapartida, o secretário de Segurança ressaltou que o Governo do Estado tem investido em modernos equipamentos. Ainda neste mês, serão entregues 500 viaturas, mais armas e coletes. Além disso, a SSP está destinando recursos para oferecer uma melhor estrutura aos profissionais do Sistema de Segurança. Há ainda para este ano, no planejamento do setor de Obras e Reformas da SSP, 62 construções para serem executadas.

Ricardo Murad informou aos

gestores do Ministério Público e do Tribunal de Justiça que desde sábado (5) os militares retornaram às atividades e estão realizando operações ostensivas de combate aos assaltos, tráfico de drogas e homicídios.

Murad afirmou que está acompanhando a finalização de um levantamento feito com um diagnóstico do quadro atual, após o ingresso dos novos policiais aprovados do Processo Seletivo. Ele pretende, segundo afirmou, atender às cidades que não têm ainda a presença da polícia.

"Vamos manter um contato com a Secretaria de Direitos Humanos para estudarmos o caso dos adolescentes que estão sendo utilizados pelas facções criminosas para cometer atos infracionais. Temos convicção de que com essa união e a integração dos vários órgãos e da participação de todos daremos mais tranquilidade à população do Maranhão. Esse é o objetivo do Executivo, Judiciário e do Ministério Público", mensurou.

- **Depois de** se reunir com as cúpulas do Judiciário e do Ministério Público, o secretário Ricardo Murad (Segurança) se reuniu com a cúpula da Associação de Delegados.

Por obrigação

A Prefeitura de São Luís está sendo obrigada a fornecer medicamento a uma paciente que sofre de osteoporose em estágio avançado na coluna.

A decisão é do juiz titular do Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital, Ailton Castro Aires, para quem o ente público municipal descumpriu um dos deveres essenciais do Estado ao negar o pedido inicial.

Em suma, a Prefeitura violou direito fundamental da paciente.

"Um jovem se torna verdadeiro cidadão quando estabelece uma relação de respeito com a escola, seus professores e com a própria sociedade em que vive"

Delvan Tavares,
juiz



Telejudiciário

Em 2014, o serviço telefônico gratuito do Judiciário registrou 8.464 mil atendimentos nos primeiros três meses. Este número corresponde a cerca de 25% do total de ligações recebidas no ano de 2013, quando foram atendidos 34.359 chamados. De acordo com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em média, são atendidas 3 mil ligações por mês e mais de 40 mil ao ano, distribuídas num leque de 42 serviços diferenciados. O serviço, que atende pelo número 0800-707-1581, nos últimos três meses foi acionado por mais de seis mil pessoas interessadas em informações sobre o Poder Judiciário. O serviço utiliza tecnologia moderna que permite que as informações referentes a denúncias, reclamações, solicitações e sugestões sejam encaminhadas automaticamente à Ouvidoria do TJMA, por meio de sistema unificado, garantindo mais agilidade no gerenciamento do fluxo das demandas apresentadas.

- **A Coordenadoria** Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão promove ciclo de palestras educativas.

Justiça determina que Cemar refaça cálculo de multa cobrada em valor excessivo

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou que a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) faça a revisão de multa aplicada contra uma igreja evangélica de São Luís.

A Igreja consumiu indevidamente duas horas e trinta minutos de energia e foi multada em R\$ 18.647,00, com data retroativa (24 meses da data da infração).

O processo teve como relator o desembargador Cleones Cunha. A decisão colegiada manteve sentença de 1º Grau.

De acordo com os autos, a Igreja realizou concentração pública espiritual na área externa ao templo, e fez ligação de energia para iluminação e alimentação de serviços sonoros, por meio de ligação clandestina, durante evento ocorrido em agosto de 2007.

No dia seguinte, os dirigentes foram surpreendidos

por um funcionário da Cemar que constatou irregularidade na ligação, lavrando termo de ocorrência de irregularidade com fatura/multa de R\$18.647,00.

Ao se dirigir ao escritório da Companhia, o pastor responsável pelo templo foi informado que a fiscalização se baseou em levantamento aleatório desprovido de bases legal e técnica, apenas retroagindo o valor em 24 meses do dia da ocorrência.

Na ocasião, o consumidor recebeu orientação para efetuar o pagamento da fatura, sob pena de ter os serviços de fornecimento de energia suspensos.

A decisão judicial não questionou a existência do "gato", mas o valor devido pela derivação de carga, considerando excessiva a cobrança, além de a Cemar não provar de modo convincente como chegou ao valor cobrado.

Secretário Ricardo Murad discute parcerias com o Ministério Público e Tribunal de Justiça do Maranhão

O apoio do Ministério Público estadual e do Poder Judiciário do Maranhão e às ações do sistema de segurança pública estadual foram o assunto principal das visitas que o secretário de Estado de Segurança Pública, Ricardo Murad, fez, na segunda-feira (7), à procuradora Geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, e à presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire. Eles discutiram medidas que deverão ser adotadas de forma integrada pelas três instituições e que já devem entrar em vigor nos próximos meses, a fim de combater as práticas criminosas em todo o Maranhão.

As reuniões objetivaram, ainda, estreitar as relações com os dois órgãos. Acompanhar Ricardo Murad o secretário adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos da SSP, Laércio Costa; a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende; e o subcomandante geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno.

Entre as várias propostas discutidas, ficou acertada a criação de um Comitê de Acompanhamento Permanente, que será composto pelas Polícias Civil e Militar, Ministério Público e outros órgãos; de uma Central de Inquéritos, no âmbito do Judiciário; e a interligação dos sistemas de informação entre as forças de Segurança e o Ministério Público.

“Nossa intenção é, a partir de agora, estreitar esse relacionamento com o Ministério Público e com o Tribunal de Justiça. Apresentamos alguns pleitos a presidente do TJ e ela afirmou que vai avaliar e elencar o que pode ser atendido. Solicitamos agilidade na implantação da Central de Inquéritos, medida esta que vai facilitar e melhorar bastante o trabalho das Polícias Militar e Civil. Além disso, fizemos o requerimento à presidente que o Judiciário direcione algumas Varas específicas para julgar o

crime organizado”, destacou.

Ricardo Murad foi enfático em defender a criação de um sistema integrado, que possibilite ao Poder Judiciário a disponibilização e a análise da ficha criminal de cada detento, principalmente nos casos de julgamento de habeas corpus. Ele lembrou a importância do endurecimento da Legislação Penal, para que se tenha um combate mais efetivo ao crime. “Queremos que haja um rigor absoluto contra quem pratica crimes, sem nenhum abuso ou excesso, a fim de que possamos tirar estes indivíduos de circulação e que eles entendam que o crime não compensa. O que observamos hoje é uma grande reincidência dessas pessoas, após serem liberados do Sistema Penitenciário”, completou.

Investimentos nas polícias

Em contrapartida, o secretário de Segurança ressaltou que o Governo do Estado tem investido em modernos equipamentos. Ainda neste mês, serão entregues 500 novas viaturas, mais armas e coletes. Além disso, a SSP está destinando recursos para oferecer uma melhor estrutura aos profissionais do Sistema de Segurança. Há ainda para este ano, no planejamento do setor de Obras e Reformas da SSP, 62 construções para serem executadas.

Ricardo Murad informou aos gestores do Ministério Público e do Tribunal de Justiça que desde sábado (5), os militares retornaram às atividades e estão realizando operações ostensivas de combate aos assaltos, tráfico de drogas e homicídios.

Murad afirmou que está acompanhando a finalização de um levantamento feito com um diagnóstico do quadro atual, após o ingresso dos novos policiais aprovados do Processo Seletivo. Ele pretende, segundo afirmou, atender às cidades que não possuem ainda a pre-

sença da polícia.

“Vamos manter um contato com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos para estudarmos o caso dos adolescentes que estão sendo utilizados pelas facções criminosas para cometer atos infracionais. Temos convicção de que com essa união e a integração dos vários órgãos e da participação de todos, daremos mais tranquilidade à população do Maranhão. Esse é o objetivo do Executivo, Judiciário e do Ministério Público”, mensurou.

Avaliação

A procuradora Regina Rocha avaliou a reunião como positiva. “Esses momentos são sempre importantes, uma vez que podemos tratar sobre várias problemáticas. Aproveitamos a ocasião para repassar os levantamentos feitos pelo Ministério Público em relação a Segurança Pública. O mais importante é sairmos daqui com a certeza de que vamos atuar conjuntamente na implementação de uma série de medidas emergenciais que resultarão na melhoria da questão de segurança”, comentou.

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, lembrou da indicação de Ricardo Murad para a Secretaria de Segurança. “O Tribunal de Justiça vai apoiar, no que for preciso, na gestão de Ricardo Murad. O nome dele é crucial para o bom desempenho das funções das forças de Segurança do Estado, pelo espírito inovador e arrojado”, pontuou.

Sobre a criação das Varas específicas para tratar da atuação das facções criminosas, a titular do TJ afirmou que vai encaminhar o Projeto de Lei para a Comissão de Organização Judiciária a fim de que a matéria seja analisada com celeridade.

Acompanharam as audiências o desembargador Antonio Bayma de Araújo; a diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais do MP, Fabíola Fernandes; José Cláudio Cabral, da Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial; Luis Gonzaga, diretor Geral da Procuradoria Geral de Justiça; José Augusto Cutrim, da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem); e a chefe de gabinete da Corregedoria do MP, Doracy Reis.



Ricardo Murad e integrantes do Sistema de Segurança em reunião com a procuradora geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha

Justiça determina que Cemar refaça cálculo de multa cobrada em valor excessivo

Ribamar Pinheiro



O processo teve como relator o desembargador Cleones Cunha

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou que a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) faça a revisão de multa aplicada contra uma igreja evangélica de São Luís.

A Igreja consumiu indevidamente duas horas e trinta minutos de energia e foi multada em R\$ 18.647,00, com data retroativa (24 meses da data da infração). O processo teve como relator o desembargador Cleones Cunha. A decisão colegiada manteve sentença de 1º Grau.

De acordo com os autos, a Igreja realizou concentração pública espiritual na área externa ao templo, e fez ligação de energia para iluminação e alimentação de serviços sonoros, por meio de ligação clandestina, durante evento ocorrido em agosto de 2007.

No dia seguinte, os dirigentes foram surpreendidos por um funcionário da Cemar que

constatou irregularidade na ligação, lavrando termo de ocorrência de irregularidade com fatura/multa de R\$ 18.647,00.

Ao se dirigir ao escritório da Companhia, o pastor responsável pelo templo foi informado que a fiscalização se baseou em levantamento aleatório desprovido de bases legais e técnicas, apenas retroagindo o valor em 24 meses do dia da ocorrência.

Na ocasião, o consumidor recebeu orientação para efetuar o pagamento da fatura, sob pena de ter os serviços de fornecimento de energia suspensos.

A decisão judicial não questionou a existência do "gato", mas o valor devido pela derivação de carga, considerando excessiva a cobrança, além de a Cemar não provar de modo convincente como chegou ao valor cobrado. *(Joelma Nascimento / Asscom TJMA)*

Adolescente denuncia e estuprador é preso no Maiobão

Equipes de investigadores da Delegacia Especial do Maiobão prenderam em flagrante Michael Douglas Fernandes Sousa, de 26 anos, suspeito de estuprar uma adolescente de 16 anos no município de Paço do Lumiar. A prisão aconteceu nesta terça-feira (8), na residência de Michel Sousa, na Matinha.

Segundo informações policiais, a vítima

compareceu à Delegacia para registrar o crime e em arquivos da Polícia Civil reconheceu Michael Sousa como autor do abuso sexual. Segundo relatos da vítima, o acusado a abordou em uma motocicleta e a levou para o matagal, nas proximidades do Rio São João em Paço do Lumiar, onde consumou o crime.

Uma equipe de investigadores saiu em

diligência a fim de localizá-lo. Após realizar várias incursões e levantamentos de informações na região, a polícia conseguiu efetuar a prisão do acusado em sua residência, localizada na Rua Nossa Senhora da Conceição, Bairro Matinha, na área de Paço do Lumiar.

Outros crimes - Conforme investigações policiais, Michael ainda é acusado de pelo menos dois estupros na

região. Ele é apontado também pelo estupro de uma adolescente de 14 anos, fato ocorrido em outubro do ano passado; e de outra jovem de 17 anos, ao qual responde pelo mandado de prisão preventiva na Comarca de Paço do Lumiar. Em todos os casos, as vítimas descrevem as mesmas características da motocicleta pertencente ao acusado.

PAÇO DO LUMIAR

Pessoas ameaçadas de despejo fazem protesto por moradia digna

JULLY CAMILO

Na manhã de ontem (8), dezenas de militantes do Movimento Popular Urbano foram às ruas de Paço do Lumiar em defesa do Dia Nacional de Luta pelo Direito à Moradia Digna, que foi comemorado em todo o país. A União Estadual por Moradia Popular afirmou que no Maranhão, pelo menos, 30% da população sofre com a falta de habitação, decorrente da insuficiência de projetos populares destinados à moradia. A caminhada que contou com a presença de pessoas ameaçadas de despejo, além de integrantes dos movimentos sociais, partiu do Viva Cidadão, seguiu até a Caixa Econômica Federal do Maiobão e terminou no Convento Nossa Senhora da Purificação.

De acordo com a coordenadora da União Estadual por Moradia Popular, Creusamar de Pinho, o movimento foi marcado por caminhadas em todo o país, seguido da entrega de um documento – no qual estão contidas as reivindicações do movimento, a uma agência da Caixa Econômica Federal, órgão responsável pelo repasse dos recursos federais. Ela explicou que no Maranhão, Paço do Lumiar foi o município escolhido para simbolizar o dia de luta, por ser a cidade com o maior número de ações de despejo em tramitação. “O governo federal tem sido conivente com o despejo de milhares de famílias e com a violação do direito à moradia, como decorrência da implantação de grandes projetos urbanos, em especial o projeto da Copa do Mundo de 2014. Só em Paço, temos pelo menos 32 comunidades ameaçadas por ações de reintegração de posse. Apesar de existirem investimentos públicos em habitação, saneamento e mobilidade, esse quadro não tem se modificado. E tudo isso acontece porque os projetos são insuficientes e não existe um controle social para os programas federais; ou seja, as prefeituras ficam responsáveis pelos sorteios, não há critérios e os contemplados acabam sendo pessoas que já tem outros imóveis ou não se enquadram no perfil de baixa renda”, declarou.

Segundo Creusamar de Pinho, 30% da população maranhense são obrigados a conviver com a falta de habitação, a pre-

cariedade das condições de saneamento ambiental, a ausência de mobilidade urbana, equipamentos e serviços públicos. Ela disse que o governo federal prometeu 200 mil unidades habitacionais para 2014, porém, no Ministério das Cidades só existem 14 mil unidades para serem selecionadas este ano. “O governo federal promove a construção de milhares de moradias, mas subordina a produção das habitações populares ao mercado imobiliário, que expulsa os pobres para as periferias. Como resultado, constroem-se moradias sem cidades. Esse modelo concentra renda e poder nas mãos das elites, promove processos de urbanização acelerada que contribuem para a depredação do meio ambiente, privatiza o espaço público, causa o empobrecimento, a exclusão e a segregação social e espacial. Na região metropolitana de São Luís; e, sobretudo, em Paço do Lumiar, os problemas urbanos se agravam a cada dia, falta uma política clara de regularização fundiária, além de discussões sobre o projeto de habitação do município e revisão urgente do seu plano diretor. É necessário, também, que seja dada posse imediata ao Conselho Municipal das Cidades, para que o mesmo possa fazer o controle social das questões urbanas de Paço do Lumiar, uma vez que os despejos forçados são um grave problema e quase uma rotina entre as diversas comunidades”, afirmou.

AÇÃO DE DESPEJO – A moradora do Residencial Renascer, em Paço do Lumiar, Maria Divina dos Santos Nascimento, de 40 anos, contou que a comunidade, que já reside no respectivo local há pelo menos cinco anos, sofre com uma ação de despejo que tramita na Justiça do município. Ela explicou que 282 famílias podem perder suas casas em decorrência de uma ação de reintegração de posse, que pode ter sua decisão proferida ainda em 2014. “Os herdeiros de um homem identificado como Duarte Duailibe que inclusive já faleceu, reclamam a titularidade da terra, E SE A Justiça foi a favor deles vamos perder nossas casas e morar na rua, pois não temos para onde ir. Pedimos a intervenção da Prefeitura de Paço do Lumiar, para que

resolva esse problema e nos dê a titulação da área, tivemos a promessa de que o setor jurídico iria intervir a nosso favor e é a esse fio de esperança que temos nos apegado”, disse.

REIVINDICAÇÕES ENTREGUES À CAIXA ECONÔMICA

Pauta de reivindicações da União Nacional por Moradia Popular, Central dos Movimentos Populares, Confederação Nacional das Associações de Moradores, Movimento Nacional de Luta por Moradia e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entregue às agências da Caixa Econômica em todo o país.

- Mais apoio e recursos para a construção de habitação de interesse social, em parceria com as organizações do movimento popular e as cooperativas de autogestão, com:
- Ampliação da meta MCMV Entidades em 2014, de 20 mil para 170 mil unidades;
- Ampliação da modalidade Compra Antecipada;
- Mudanças nas regras do programa – redefinição de limite de renda para 3 salários mínimos, financiamento para equipamentos sociais e comunitários, substituição da exigência do aquecedor solar nas regiões mais quentes do país, substituindo-o por outro item de sustentabilidade.
- Fortalecimento e dissemina-

ção da autogestão no programa, como forma de desmercantilizar a produção habitacional;

- Participação na elaboração da 3ª. Etapa do Programa Minha Casa Minha Vida;

- Definição de percentual de moradias para as famílias chefiadas por mulheres vítimas de violência;

• Aprovação da PEC da Moradia, destinando recursos permanentes para habitação;

• A destinação dos imóveis vazios da União, em especial àqueles situados nas áreas centrais, para habitação de interesse social;

• A implementação de um programa de regularização fundiária das áreas de assentamentos populares.

• Fim da criminalização da ação dos movimentos sociais, com a não aprovação da Lei Antiterror e a aprovação de um Marco Legal para a ação das organizações sociais.

• Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, concentrando os recursos de investimento das políticas setoriais.



MANIFESTANTES foram até a Caixa Econômica Federal entregar reivindicação

Cemar esclarece sobre notícia da decisão da 3ª Câmara Cível do TJMA

A CEMAR informou, ontem à noite, através de sua assessoria de imprensa, que ainda não foi notificada do inteiro teor da decisão, não podendo avaliar, nesse momento, sobre a interposição de eventual recurso.

Segundo a Companhia, o recurso à justiça é direito constitu-

cionalmente assegurado para todo e qualquer cidadão, órgão público ou privado. 'A Companhia respeita e cumpre as decisões judiciais, resguardando sempre o seu legítimo direito de defesa', conclui a nota da assessoria.

Assessoria de Imprensa da CEMAR

Justiça determina que Cemar refaça cálculo de multa cobrada em valor excessivo

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou que a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) faça a revisão de multa aplicada contra uma igreja evangélica de São Luís.

A Igreja consumiu indevidamente duas horas e trinta minutos de energia e foi multada em R\$18.647,00, com data retroativa (24 meses da data da infração). O processo teve como relator o desembargador Cleones Cunha. A decisão colegiada manteve sentença de 1º Grau.

De acordo com os autos, a Igreja realizou concentração pública espiritual na área externa ao templo, e fez ligação de energia para iluminação e alimentação de serviços sonoros, por meio de ligação clandestina, durante evento ocorrido em agosto de 2007.

No dia seguinte, os dirigentes foram surpreendidos por um

funcionário da Cemar que constatou irregularidade na ligação, lavrando termo de ocorrência de irregularidade com fatura/multa de R\$18.647,00.

Ao se dirigir ao escritório da Companhia, o pastor responsável pelo templo foi informado que a fiscalização se baseou em levantamento aleatório desprovido de bases legal e técnica, apenas retroagindo o valor em 24 meses do dia da ocorrência.

Na ocasião, o consumidor recebeu orientação para efetuar o pagamento da fatura, sob pena de ter os serviços de fornecimento de energia suspensos.

A decisão judicial não questionou a existência do "gato", mas o valor devido pela derivação de carga, considerando excessiva a cobrança, além de a Cemar não provar de modo convincente como chegou ao valor cobrado.

Fórum de São Luís treina servidores para primeiros socorros a vítimas cardíacas

A Divisão Médica e Odontológica do Fórum Desembargador Sarney Costa inicia nesta quarta-feira (09) treinamento para uso do desfibrilador, aparelho, projetado para atendimento em emergências cardíacas. A capacitação é destinada a servidores e tem como objetivo treiná-los para, em caso de necessidade, prestarem os primeiros socorros às vítimas de problemas cardíacos, no ambiente de trabalho.

De cada unidade judicial que funciona no fórum, poderão participar do treinamento até três servidores, conforme solicitação feita pelo diretor,

juiz Osmar Gomes. A capacitação será dividida em duas etapas: teórica e prática. Na quarta-feira (09), a capacitação será realizada no turno vespertino, e na quinta (10) e sexta (11), pela manhã.

O treinamento ocorrerá no Auditório Desembargador José Joaquim Ramos Filgueiras (térreo) e será ministrado pela médica cardiologista do fórum, Gildete Ramos da Silva. O manequim de treinamento foi cedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão.

A chefe da Divisão Médica e Odontológica, Maria de Fátima Silva Rodrigues, disse que o setor dispõe do desfibrilador há cerca de cinco anos. "Esperamos não ser preciso utilizá-lo em nenhum momento, mas é muito importante ter pessoas habilitadas para atuar em eventuais necessidades," concluiu..

Timon pode ganhar unidade de internação para menores infratores

A audiência pública realizada em Timon para discutir a situação dos menores infratores na comarca já apresenta resultados. Isso porque os dirigentes da Funac, Fundação da Criança e do Adolescente, instituição gerida pelo Poder Executivo do Estado, deverão visitar o município na próxima semana, dia 15. O objetivo é discutir sobre a possibilidade de transformar a antiga Delegacia do Menor Infrator (DAI) de Timon em uma unidade de internação.

De acordo com o juiz Rogério Monteles, titular do Juizado Especial Cível e Criminal e diretor do Fórum de Timon, a adaptação do prédio é uma boa alter-

nativa. "Será feita uma avaliação no sentido de discutir se a antiga delegacia, após sofrer reforma e adaptação, poderia ser essa unidade aqui no município", afirmou ele. O magistrado ressaltou que a iniciativa de tentar conseguir uma unidade de internação para menores infratores em Timon partiu de reuniões conjuntas dos juizes e do aparelho de segurança pública. "É Poder Judiciário em movimento aqui em nossa comarca", disse.

Sobre a DAI, no final do ano passado, o juiz Simeão Pereira e Silva – titular da 4ª Vara de Timon, com competência para casos da Infância e da Juventude –, expediu uma decisão in-

terditando a unidade prisional. Na época, o juiz destacou que delegacia, destinada a adolescentes infratores apreendidos em flagrante no cometimento de ato infracional ou que tenham, contra si, mandado de apreensão provisória, não tinha a menor condição física para abrigar os menores, colocando em risco a saúde, também, de policiais e comunidade.

Para interditar a delegacia o juiz analisou o relatório do Ministério Público, que dizia que o prédio não passava segurança para os adolescentes apreendidos, e não possuía boas condições de estrutura e higiene, faltando até mesmo áreas de iluminação e ventilação. Na decisão, o juiz destacou que, após a realização de inspeção judicial, os problemas citados foram confirmados no local, revelando uma situação "assustadora" no interior da DAI.

AUDIÊNCIA – A audiência foi realizada no início deste mês, e debateu a questão dos menores infratores. O evento,

que ocorreu na Câmara de Vereadores, foi uma iniciativa dos juizes da comarca, e foi motivado por causa da inexistência de unidades de internação. Por causa disso, o adolescente que tenha cometido ato infracional tem que cumprir medida socioeducativa em São Luís, distante da sua família. Os magistrados Simeão Pereira e Silva e Rogério Monteles da Costa participaram da audiência.

Quando pediu a palavra, o juiz Simeão Pereira e Silva fez uma apresentação da situação dos menores, informando que após a interdição da DAI (Delegacia do Adolescente Infrator de Timon), em outubro de 2013, não há mais lugar para o adolescente infrator ficar em Timon até ser transferido para São Luís. "O adolescente tem o direito de cumprir a medida socioeducativa na sua comunidade, próximo da sua família. Em algumas oportunidades a vizinha cidade de Teresina, Piauí, chegou a acolher menores infratores daqui de Timon".

Visita à presidente do TJMA

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu a visita do secretário de Segurança Pública do Estado, Ricardo Murad, ocasião em que foi discutida a ampliação da integração do Poder Judiciário com a Secretaria de Segurança.

A implantação da Central de Inquéritos, a possibilidade de o Judiciário ter varas judiciais para julgar com exclusividade o crime organizado foram temas também discutidos no encontro. Sobre a Central de Inquéri-

tos, a desembargadora Cleonice Freire disse que a mesma é uma prioridade do Judiciário e que sua reativação faz parte de um programa institucional de combate à violência.

Com relação à criação de varas especializadas de Crime Organizado, a presidente do TJMA ponderou que a proposta pode ser viabilizada por meio de mudanças na Lei de Organização Judiciária e com a elaboração de Projeto de Lei nesse sentido. “Nós estamos à disposição para ajudar no que for preciso”, assinalou.



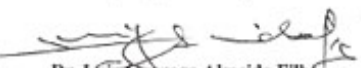
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís
Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº - Calhau - tel. (98) 3194-5493
65078-820 - São Luís - Ma.

EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et costera

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica CITADO VAIPORA COMERCIO DE CALÇADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.827.524/0001-30, que se acha em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em tramitação nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, Processo nº 48988-79.2012.8.10.0001, que lhe move **AGRASTY CONSTRUÇÕES LTDA**. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mando expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos 13 de Março de 2014. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale, Secretária Judicial, mandei digitar e assino, juntamente com o MM. Juiz de Direito.

São Luís (MA), 13 de Março de 2014.


Dr. Luiz Gonzaga Almeida Filho
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Coordenadoria da Mulher do TJMA inicia ciclo de palestras

Para conscientizar e informar a população sobre os canais de defesa e proteção das mulheres, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA) está organizando ciclo de palestras educativas em comunidades de bairros, instituições sociais e pontos estratégicos de São Luís.

O trabalho é feito com base em dados do Disque Denúncia Maranhão (180), que em 2013, recebeu 371 denúncias referentes à violência contra a mulher no ambiente doméstico e familiar. Em quase 10% das denúncias a agressão ocorre também contra os filhos da vítima. Em mais de 18% dos casos o agressor

está sob efeito de álcool ou entorpecentes.

A ação teve início na Igreja Cristã Evangélica do bairro Santo Antonio. O encontro foi coordenado pela juíza Sara Gama, que esclareceu dúvidas apresentadas pelas mulheres sobre medidas protetivas e as formas de denunciar e romper o ciclo de violência instalado em algumas famílias, envolvendo muitas vezes também crianças e adolescentes.

PLANTÃO – A juíza explicou que, além das varas especializadas, delegacias especiais da mulher, Defensoria Pública, Ministério Público, centros de referência e disque denúncia, mulheres vítimas de violência no Maranhão podem também se dirigir diretamente ao plantão do Poder Judi-

ciário do 1º grau e solicitar medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria da Penha.

“A mulher que for espancada à noite pode ir direto ao plantão judicial, onde o juiz analisa a situação, defere ou não a medida e nomeia um advogado dativo ou um defensor público”, orienta a juíza Sara Gama.

A magistrada explica que a necessidade de fornecer o atendimento em plantão judicial é justificada no Provimento nº 06/2013 do Poder Judiciário. “O provimento não substitui os trâmites legais, mas é uma forma de agilizar o processo, garantindo que o problema seja logo apreciado pela Justiça”, informa. O documento considera que

os atos de violência contra a mulher ocorrem geralmente à noite, nos fins de semana e feriados.

A mulher vítima de violência doméstica e familiar pode denunciar o agressor em delegacias especiais da mulher, na Defensoria Pública, Ministério Público, Centros de Referência da Mulher ou utilizando o serviço Disque Denúncia Nacional (180); Capital ((98) 3223 5800); e Interior (0300.313.5800).

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar funciona na Rua do Egito, em frente ao anexo do TJMA (antigo prédio da Assembleia Legislativa). Solicitações de palestras podem ser feitas pelo e-mail alserra@tjma.jus.br.

DIVULGAÇÃO



AS PALESTRAS ESTÃO sendo ministradas em bairros, instituições sociais e pontos estratégicos de São Luís

Comarca de Cantanhede realiza sessão do Tribunal do Júri

Em julgamento, realizado na manhã de ontem (8), na Comarca de Cantanhede, Manoel Bispo dos Santos foi condenado a quatro anos de prisão. Ele estava sendo acusado de crime de homicídio, mas o conselho de sentença decidiu por desclassificar o crime de homicídio simples para lesão corporal seguida de morte. Manoel Bispo vai cumprir a pena em regime aberto, na Delegacia de Cantanhede.

O réu teria causado lesão em Marcelo Bernardes Lopes, em outubro de 2010, na localidade Povoador Lago do Coco, na zona rural de Matões do Norte, termo judiciário da de Cantanhede. A lesão acabou por provocar hemorragia na vítima, causando-lhe a morte. De acordo com o processo, o crime teria sido motivado por causa de xingamentos e provocações da vítima contra o réu e seus pais.

Por causa dessas provocações e xingamentos, Manoel Bispo teria entrado em casa, pegou uma espingarda, e teria disparado um único tiro contra a vítima, atingindo-a

na sua perna, de acordo com o auto de exame cadavérico. Depois, o réu teria fugido do local sem prestar socorro à vítima. Ainda de acordo com a denúncia, acusado e vítima estariam ingerindo bebidas alcoólicas desde o dia anterior ao crime.

A sessão do Tribunal do Júri foi presidida pelo juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular de Cantanhede, com atuação do promotor de Justiça Fábio Murilo da Silva Portela, além do advogado José Alberto Neves dos Santos.